

Edição nº 36 – 19 a 23 de junho

PROJETO QUE CRIA INCENTIVOS TURÍSTICOS AVANÇA

A Comissão de Meio Ambiente do Senado Federal aprovou, na última terça-feira, o relatório do senador Benedito de Lira (PP-AL) ao PLS nº 129/2016, que cria um regime jurídico próprio para as chamadas Áreas Especiais para Desenvolvimento Turístico (AET), a serem criadas pelo governo federal. O regime especial tratará de benefícios tributários e administrativos aos prestadores de serviço autorizados a operar nessas áreas, com o objetivo de aumentar a competitividade internacional do Brasil como destino turístico.

Para que o governo federal edite o decreto de criação das AETs, as áreas deverão ser indicadas por estados ou municípios e cumprir com os seguintes requisitos: (i) indicação das características que lhe conferem potencialidade turística; (ii) indicação de facilidade de acesso a portos e aeroportos internacionais; (iii) plano de exploração da área, acompanhado de estudos de viabilidade técnica e econômico-financeira; (iv) delimitação territorial da área e indicação da titularidade; (v) indicação da forma de administração da AET; e (vi) atendimento de outras condições que forem estabelecidas em regulamento.

Após a criação, a administração das AETs deverá ser delegada a particulares por meio de concessão.

Os prestadores de serviços autorizados a atuar na AET terão suspensão de exigência dos seguintes tributos: (i) Imposto de Importação; (ii) Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI); (iii) Contribuição

para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins); (iv) Cofins devida pelo Importador de Bens Estrangeiros ou Serviços do Exterior (Cofins-Importação); (v) Contribuição para o PIS/Pasep; (vi) Contribuição para o PIS/Pasep-Importação; bem como (vii) Adicional de Frete para Renovação da Marinha Mercante (AFRMM). O prazo de suspensão poderá vigorar por até vinte anos.

Para fazer jus ao benefício, as empresas deverão, a partir do terceiro ano de funcionamento, auferir e manter receita bruta decorrente de comercialização de produto ou prestação de serviço para turistas estrangeiros que corresponda a, no mínimo, dez por cento de sua receita bruta total de venda de bens e serviços. Para serviços prestados para turistas nacionais haverá tributação normal.

O relator da matéria optou por excluir da proposta a criação de um licenciamento ambiental simplificado para os prestadores de serviço autorizados. Ele entende que a preservação do meio ambiente nos locais turísticos é ponto-chave para a atração de novos turistas.

No momento, o PLS aguarda designação de relator na Comissão de Assuntos Econômicos. Depois disso deverá tramitar pela Comissão de Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle e pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, cabendo à última a decisão terminativa. Caso aprovado, também será analisado na Câmara dos Deputados.

7 Dias no Poder é um informativo do Grupo de Relações Governamentais de TozziniFreire Advogados e visa relatar os principais itens em pauta nos Poderes Legislativo e Executivo Federais.

A pauta está sujeita a alterações.

Sócios responsáveis: **Claudio Timm** (ctimm@tozzinifreire.com.br) e

Luiz Fernando Visconti (lvisconti@tozzinifreire.com.br).

www.tozzinifreire.com.br

DESTAQUES DA ÚLTIMA SEMANA

CMA/SF APROVA MUDANÇA NO SETOR ELÉTRICO

A Comissão de Meio Ambiente (CMA) do Senado Federal aprovou, na última terça-feira, o relatório do senador Roberto Rocha (PSB-MA) ao PLS nº 107/2017, para permitir que as chamadas usinas híbridas com fontes renováveis, que utilizam mais de uma fonte de energia, sejam inseridas no rol das usinas que podem fazer parte de leilões de energia elétrica no Ambiente de Contratação Regulada (ACR).

O projeto foi proposto como forma de o Brasil cumprir com as metas estabelecidas no Acordo de Paris, cujo objetivo é a adoção de medidas para manter o aumento da temperatura média global a menos de 2 graus Celsius acima dos níveis anteriores à Revolução Industrial.

O PLS será analisado em caráter terminativo pela Comissão de Serviços de Infraestrutura. Se for aprovado, será enviado à Câmara dos Deputados.

CCJC/CD APROVA PL PARA DAR MAIS TRANSPARÊNCIA ÀS PESQUISAS DE OPINIÃO RELATIVAS ÀS ELEIÇÕES

A Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) da Câmara aprovou, na última segunda-feira, o PL nº 3.311/2012, de autoria do deputado Antonio Bulhões (PRB-SP), que estabelece que as entidades e empresas que realizam pesquisa de opinião pública relativas às eleições deverão fazer constar das pesquisas divulgadas, obrigatoriamente, o nome de todos os pré-candidatos definidos por todos os partidos com as respectivas intenções de votos. A proposição ainda deverá ser submetida ao Plenário da Casa.

CCJC/CD APROVA PL QUE PERMITE QUE ENTIDADES DE REPRESENTAÇÃO DE MUNICÍPIOS POSSAM PROPOR ADI E ADC

A Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) da Câmara aprovou, na última terça-feira, a PEC nº 253/2016, do Senado Federal, de autoria do senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), para permitir às entidades de representação de âmbito nacional de municípios propor ação direta de inconstitucionalidade (ADI) e ação declaratória de constitucionalidade (ADC) de lei federal perante o

Supremo Tribunal Federal. A proposição ainda deverá ser submetida ao Plenário da Casa.

FIQUE DE OLHO

PLENÁRIO APROVA PROJETO QUE CANCELA PRECATÓRIOS NÃO SACADOS

Na última terça-feira, o Plenário da Câmara aprovou o PL nº 7.626/2017, de autoria do Poder Executivo, que cancela precatórios e requisições de pequeno valor (RPV) federais depositados e não sacados há mais de dois anos em bancos federais. O texto foi aprovado na forma do substitutivo apresentado pelo Relator do projeto no âmbito da Comissão de Finanças e Tributação, deputado José Carlos Aleluia (DEM-BA), e prevê que o Poder Judiciário ainda poderá contratar, mediante dispensa de licitação, banco oficial federal para gerir os recursos que serão destinados ao pagamento desses precatórios, e que também ficará responsável pela transferência dos montantes advindos de seu cancelamento à Conta Única do Tesouro Nacional em favor da União. Em contrapartida, as receitas obtidas pela gestão das quantias será revertida ao Poder Judiciário. O PL segue agora ao Senado Federal e, por se encontrar em regime de urgência, poderá ser deliberado diretamente pelo Plenário. Se aprovado nos termos da redação final da Câmara, o projeto seguirá para a sanção presidencial. Caso o Senado venha a alterar a redação do texto recebido da Câmara, a matéria deverá retornar a esta Casa para, tão somente, deliberação das alterações incorporadas ao texto pelos Senadores.

CDC/CD APROVA PROPOSTA PARA PROIBIR VENDA DE FRANQUIA DE BAGAGEM SEPARADAMENTE DA PASSAGEM AÉREA

A Comissão de Defesa do Consumidor (CDC) aprovou, na última quarta-feira, o PDC nº 578/2016, do Senado Federal, de autoria do senador Humberto Costa (PT-PE) que susta o art. 13 da Resolução nº 400/2016, da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), que permite a venda de franquia de bagagem de forma separada da passagem aérea, nos termos do substitutivo apresentado pelo relator, deputado Rodrigo Martins (PSB-PI). A proposição ainda deverá ser analisada pela Comissão de Viação e Transportes (CVT) e pelo Plenário da Casa.

GLOSSÁRIO

PEC: Proposta de Emenda à Constituição
PLP: Projeto de Lei Complementar na Câmara
PLR: Projeto de Lei Complementar no Senado
PL: Projeto de Lei Ordinária na Câmara
PLC: Projeto de Lei Ordinária da Câmara no Senado
PLS: Projeto de Lei Ordinária do Senado no Senado
MP: Medida Provisória

PLV: Projeto de Lei de Conversão
PRC: Projeto de Resolução da Câmara
PRS: Projeto de Resolução do Senado
PDC: Projeto de Decreto Legislativo da Câmara
PDS: Projeto de Decreto Legislativo do Senado
PFC: Proposta de Fiscalização e Controle
RCP: Requerimento de Constituição de CPI
REQ: Requerimento
VET: Veto

CGC/GD REJEITA IMPLEMENTAÇÃO DE FRANQUIA LIMITADA DE INTERNET BANDA LARGA

A Comissão de Defesa do Consumidor (CDC) aprovou, na última quarta-feira, o PL nº 7.182/2017, do Senado Federal, de autoria do senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES), que veda a implementação de franquias limitadas de consumo nos planos de internet banda larga fixa, nos termos do relatório apresentado pelo deputado Rodrigo Martins (PSB-PI). A proposição será submetida, ainda, às Comissões de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI) e de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) e ao Plenário da Casa.

CVT/GD APROVA PROJETO PARA O SETOR AÉREO

Na última terça-feira, a Comissão de Viação e Transporte, da Câmara dos Deputados, aprovou o PL nº 6.803/2017, de autoria do deputado Felipe Carreras (PSB-PE), que altera a legislação da aviação nacional para vedar o reajuste da Taxa de Fiscalização da Aviação Civil (TFAC) e, assim, evitar o aumento das passagens aéreas. Agora, a proposição seguirá à Comissão de Finanças e Tributação (CFT).

AGENDA DA SEMANA

SENADO FEDERAL

PLENÁRIO

20/06/2017, às 14H

PEC nº 113A/2015, que reforma as instituições político-eleitorais.

Relator: sen. Antônio Carlos Valadares (PSB-SE)

Relatório: pela aprovação, com emenda.

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS (CAE)

20/06/2017, às 10H

PLS nº 767/2015, que institui o seguro mínimo obrigatório ambiental.

Relator: sen. Jorge Viana (PT-AC)

Relatório: pela aprovação, com emenda.

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS (CAS)

20/06/2017, às 10H

FIQUE DE OLHO

PLC nº 38/2017, que altera a CLT ("Reforma Trabalhista").

Relator: sen. Ricardo Ferraço (PSDB-ES)

Relatório: pela aprovação.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA (CCJ)

21/06/2017, às 10H

PEC nº 61/2007, que estabelece o sistema eleitoral misto.

Relator: sen. Valdir Raupp (PMDB-RO)

Relatório: pela aprovação, com substitutivo.

COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA (CRA)

21/06/2017, às 14H

FIQUE DE OLHO

PLC nº 34/2015, que libera os produtores de alimentos de informar sobre a presença de transgênicos.

Relator: sen. Cidinho Santos (PR-MT)

Relatório: pela aprovação, com emenda.

CÂMARA DOS DEPUTADOS

PLENÁRIO

20/06/2017, às 14H E 21/06/2017, às 9H

PL nº 333/1999, que regula direitos e obrigações relativos à propriedade industrial.

Relator: dep. Paulo Magalhães (PSD-BA)

Relatório: pela aprovação, com substitutivo.

PL nº 7.419/2006, que dispõe sobre a cobertura de despesas de acompanhante de menor de dezoito anos para os planos e seguros privados de assistência à saúde.

Relator: dep. Rogério Marinho (PSDB-RN)

Relatório: não apresentado.

PL nº 2.431/2011, que autoriza a produção, a comercialização e o consumo, sob prescrição médica, dos anorexígenos: sibutramina, anfepramona, femproporex e mazindol.

Relator: pendente de indicação.

Relatório: não apresentado.

COMISSÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA (CCTCI)
21/06/2017, ÀS 10H

PL nº 945/2011, que dispõe sobre a informatização do processo administrativo sancionador no âmbito da Administração Pública Federal.

Relator: dep. Erivelton Santana (PEN-BA)
Relatório: pela aprovação, com emenda.

PL nº 6.601/2016, que permite a dedução de despesas em P&D com empresas ou pesquisadores estrangeiros nos casos que especifica.

Relator: dep. Celso Pansera (PMDB-RJ)
Relatório: pela aprovação, com substitutivo.

PL nº 6.989/2017, que altera o Marco Civil da Internet para incluir procedimento de retirada de conteúdos que induzam a suicídio.

Relator: dep. Junior Marreca (PEN-MA)
Relatório: pela aprovação, com substitutivo.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (CCJC)
20/06/2017, ÀS 10H

PEC nº 272/2016, que proíbe as agências financeiras oficiais de fomento de financiarem projetos executados fora do território nacional.

Relator: dep. Maia Filho (PP-PI)
Relatório: pela admissibilidade.

20/06/2017, ÀS 14H30

PL nº 2.813/2000, que estabelece a obrigatoriedade de publicação das demonstrações financeiras das sociedades por quotas de responsabilidade limitada.

Relator: dep. Arthur Lira (PP-AL)
Relatório: pela aprovação, com substitutivo.

PL nº 7.057/2010, que impõe limite de idade à frota de ônibus interestadual.

Relator: dep. Mário Negromonte Jr. (PP-BA)
Relatório: pela aprovação, com substitutivo.

PL nº 3.163/2015, que define como crime a corrupção praticada no âmbito do setor privado.

Relator: dep. Tadeu Alencar (PSB-PE)
Relatório: pela aprovação, com substitutivo.

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR (CDC)
20/06/2017, ÀS 9H30

PL nº 82/2015, que obriga o fornecimento de rodas e pneus sobressalentes em idênticas dimensões das demais rodas que equipam veículos novos..

Relator: dep. Eros Biondini (PROS-MG)
Relatório: pela aprovação, com substitutivo.

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS (CDEICS)
20/06/2017, ÀS 9H30

PL nº 4.498/2016, que altera os quóruns de deliberação de sociedades limitadas.

Relator: dep. Jorge Côrte Real (PTB-PE)
Relatório: pela aprovação.

PL nº 6.167/2016, que reduz em 60% o IPI sobre os veículos automotores novos adquiridos em troca de veículos usados com mais de 17 anos de registro.

Relator: dep. Mauro Pereira (PMDB-RS)
Relatório: pela aprovação, com substitutivo.

PL nº 7.238/2017, que dispõe sobre a aplicação de multas pelo CADE.

Relator: dep. Vitor Lippi (PSDB-SP)
Relatório: pela aprovação.

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO (CFT)
21/06/2017, ÀS 10H

PL nº 5.334/2013, que institui, na área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), o Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento de Infraestrutura da Indústria Petrolífera nas Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

Relator: dep. Hildo Rocha (PMDB-MA)
Relatório: pela rejeição

FIQUE DE OLHO

PL nº 6.238/2013, que aumenta o limite para vendas isentas de tributos em lojas francas até o limite de US\$ 1.200,00.

Relator: dep. João Gualberto (PSDB-BA)
Relatório: pela rejeição.

PL nº 8.322/2014, que isenta do imposto sobre importação os equipamentos e componentes de geração elétrica de fonte solar.

Relator: dep. Miro Teixeira (REDE-RJ)
Relatório: pela aprovação, com substitutivo.

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO (CSPCCO)

21/06/2017, ÀS 14H

PL nº 5.675/2013, que altera a Lei dos Crimes contra a Ordem Tributária, Econômica e Contra as Relações de Consumo para reduzir a pena prevista nos crimes contra a relação de consumo e suprimindo sua modalidade culposa.

Relator: dep. Laura Carneiro (PMDB-RJ)
Relatório: pela aprovação, com substitutivo.